

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.615, DE 2011

“Dispõe sobre o ‘dumping social’.”

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado BENJAMIN MARANHÃO

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO LAÉRCIO OLIVEIRA

I - RELATÓRIO

O projeto diz respeito ao dumping social, configurando-o como a inobservância contumaz da legislação trabalhista que favoreça comercialmente a empresa perante sua concorrência.

Determina que a prática de dumping social sujeita a empresa a:

- a) pagamento de indenização ao trabalhador prejudicado equivalente a 100% dos valores que deixaram de ser pagos durante a vigência do contrato de trabalho;
- b) pagamento de indenização à empresa concorrente prejudicada equivalente ao prejuízo causado na comercialização de seu produto; e
- c) pagamento de multa administrativa no valor de R\$ 1.000,00 por trabalhador prejudicado, elevada ao dobro em caso de reincidência, a ser recolhida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Dispõe ainda, que o juiz, de ofício, a pedido da parte, de entidade sindical ou do Ministério Público pode declarar a prática de dumping social, impondo a indenização e multa.

A matéria foi distribuída às Comissões: de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Nesta comissão (CTASP), o relator, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB) apresentou parecer pela aprovação do projeto.

É o relatório.

II – VOTO

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme art. 32, XVIII, cabe a esta Comissão Permanente a análise de matéria trabalhista, seja urbana, seja rural, no que tange o seu mérito. Sendo assim, passamos ao parecer tratando dos juízos de conveniência e oportunidade da proposição.

O dumping ocorre quando o exportador de um país vende um produto ao país importador por um preço menor: que o valor de um produto similar no seu mercado interno; ou que o valor cobrado a um terceiro país importador, desde que essa prática cause danos a um ramo de produção do país importador.

Podemos concluir que uma empresa estratégica e artificialmente reduziu o preço para retirar outras do mercado tão somente se forem considerados, dentre outros nesse padrão, os seguintes aspectos: mercado relevante de produto; mercado relevante geográfico; estrutura de mercado; barreiras de entrada; inexistência de posição dominante; a noção de valor normal; o preço de exportação; a comparação entre o preço de exportação e o valor normal; e a determinação de existência de prejuízo.

Dumping é um conceito comercial, que caracteriza a prática de venda de um produto por uma empresa em valor muito abaixo do de mercado, de forma a eliminar a concorrência. Ou seja, é uma prática desleal de comércio e o conceito não se aplica às relações do trabalho. Há, portanto, neste projeto, verdadeiro equívoco conceitual.

Cabe ressaltar, que a relação entre a empresa que pratica o dumping e a suposta empresa lesada é de natureza comercial e foge totalmente à competência legal e institucional da Justiça do Trabalho, por não se tratar de relação de trabalho.

A empresa que pratica dumping comercial dissimuladamente reduz seu preço sem deixar de pagar seus fornecedores, prestadores de serviço e trabalhadores. Então, não cumprir a legislação trabalhista nada tem a ver com a redução do preço ou busca pelo lucro.

Enquanto o dumping prejudica diretamente uma empresa competidora, o dumping social não o faz. Nos termos do projeto, este conceito de dumping social não é marcado pela deslealdade comercial, mas sim pela inobservância da legislação trabalhista.

Ademais, eventual e hipotética vantagem que um concorrente possa ter sobre outro pelo descumprimento da legislação trabalhista deixa de existir com a condenação da empresa ao pagamento das verbas devidas, seja em ações intentadas por trabalhadores, sindicatos ou mesmo o Ministério Público, ou seja pela fiscalização do trabalho.

O dumping social, em verdade, é a ação do Estado que ao oferecer um padrão regulatório mais baixo diminui os custos de produção no seu território, obtendo para as empresas uma vantagem comparativa no comércio internacional e atraindo mais investimentos estrangeiros.

Nota-se que isso não é o objeto do projeto, que pretende punir a não observância da legislação trabalhista por uma empresa específica. Nesse aspecto, o ordenamento pátrio já contempla satisfatoriamente a aplicação de sanções no caso da não observância dos preceitos trabalhistas.

A ideia do dumping social, posta no projeto, traz incerteza, pois parte de uma premissa equivocada de que o descumprimento da legislação trabalhista pelos empregadores se deve sempre a uma política lucrativa desenfreada e premeditada e não pela insegurança jurídica já existente.

Vale dizer que o conceito de dumping social proposto é subjetivo e cria diversos problemas. Surgem questionamentos, como: o que seria inobservância contumaz da legislação trabalhista? Seria uma mesma infração legal durante alguns meses? Se sim, quanto tempo seria para configurar contumaz? E se forem infrações diversas durante um pequeno período? E que pequeno período seria esse? Que favorecimento seria suficiente para caracterizar o dumping social?

Obviamente que a fraude deve ser combatida, e para tal já existem mecanismos legais, como por exemplo a possibilidade de condenar uma empresa por dano moral coletivo. Não se justifica a criação de uma figura jurídica conceitualmente subjetiva, ampla e pouco clara. Isso só cria mais complexidade e burocracia nas relações do trabalho.

Além disso, a prática de dumping está devidamente regulada no direito comercial e sua aplicação deve ser restrita a este segmento. No âmbito administrativo cabe ao CADE e à Secretaria de Direito Econômico fiscalizar a prática de concorrência desleal e o atentado à ordem econômica. Vale lembrar ainda, que mesmo no direito concorrencial há o dumping que é passível e o que não é passível de punição, pois em diversos casos os fatores decisivos para redução de preço são totalmente alheios à vontade da empresa. Assim, como exemplo, uma mercadoria, produzida em lugares em que os custos sejam inferiores ao local da comercialização, será vendida por um preço inferior e isso deve-se somente às condições estruturais de mercado. Portanto, não deve haver punição.

Outra questão complicadora do projeto refere-se à indenização paga ao empregado. Atualmente, em relação à indenização por prejuízos ou danos imateriais sofridos pelo empregado, a Justiça Trabalhista leva em consideração: se o valor da indenização é capaz de conferir à vítima uma compensação adequada, sem enriquecimento de uma parte e empobrecimento de outra; e se há a aplicação do devido caráter pedagógico.

Ademais, a proposta ao estabelecer o pagamento de indenização de 100% do valor das verbas trabalhistas não pagas caracteriza "bis in idem", uma vez que haverá duplicidade de sanções pelo mesmo fato gerador.

O projeto ainda, atenta contra os Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal, da Ampla Defesa e do Contraditório, pois gera, a partir do entendimento subjetivo do juiz, a condenação da parte empregadora sem a possibilidade de defesa e sem a observância do processo legal, sintetizando unicamente na pessoa do juiz os poderes investigativo-fiscalizador, propositor-defensivo e condenatório, proporcionando um clima de insegurança.

Além disso, ao fixar que o juiz poderá de ofício declarar o dumping social, o projeto viola o Princípio da Demanda ou da Inércia da Jurisdição. Este é um dos princípios chave do direito processual, o qual revela que a própria parte interessada é quem deve provocar o juiz sobre o que considera violação de seu direito. Nota-se que não há observância do espírito da lei processual que determina que nenhum juiz prestará tutela jurisdicional se não quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.

Destaca-se ainda, que o projeto pode representar uma porta aberta para a cláusula de barreira social, que já foi expressamente proibida pela OIT¹: os princípios e direitos fundamentais no trabalho não devem ser utilizados para fins comerciais protecionistas; a vantagem comparativa de qualquer país não deve de maneira alguma ser alegada; a violação dos princípios e direitos fundamentais no trabalho não pode ser invocada ou utilizada como uma legítima vantagem comparativa.

Por essas razões, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 1.615, de 2011.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2015.

Deputado **LAÉRCIO OLIVEIRA**
Solidariedade/SE

¹ Declaração de 1998 sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e Declaração de 2008 sobre Justiça Social para uma Globalização Justa